

prestígio do presidente Bolsonaro, que ele chama de padrinho político.

Mas ele é incapaz, nesse período agora, de fazer qualquer comentário sobre as inúmeras falcatruas que estão aparecendo, do seu padrinho político, e do governo que ele integrou como ministro. É todo dia coisa nova.

Ele tem sido incapaz de ter uma voz ativa, do ponto de vista político. Ainda que ele sonhe em ocupar o lugar do espólio do bolsonarismo, se apresentando como alguém um pouco mais civilizado.

Mas com a mesma política privatista, “quedista”, do Paulo Guedes, de estado mínimo, e que ele quer apresentar aqui em São Paulo, com a privatização da Sabesp, com a privatização das linhas de metrô e de trem, e tantas outras áreas.

Eu diria o seguinte, do ponto de vista político, é um governador do Estado mais importante da Federação, mudo, que não tem o que falar sobre o País, sobre a situação política do País, sobre os rumos do País. Ele fala o quê? Até agora, nada.

Não se posiciona, quando se posicionou, de uma maneira até assertiva lá na discussão da Reforma Tributária, foi vaiado pelo próprio bolsonarismo. Então ele fica paralisado, não sabe vai para lá, se vai para cá, porque se ele for para cá, apanha da sua base mais dura. E não se posiciona, não tem um rumo para o Estado. Mas é pior ainda administrativamente, presidente.

Administrativamente, é impressionante, é um governo parado, não acontece nada. Entrega uma obrinha aqui, uma obrinha ali que estava em andamento, que herdou do governo passado, porque é assim que funciona. “Ah, entregou um conjunto habitacional”, é porque o governo passado construiu e faltou um pouquinho, ele entregou, pelo menos isso.

Entregou ali um recapamento, uma melhoria de via. Bom, mas ele não foi eleito para isso, ele foi eleito falando que ia reindustrializar o Estado, que ia ter uma economia digital, que ia ter uma economia sustentável...

Nada, nenhuma política veio para cá nesse sentido, nada. E precisa se estruturar políticas públicas, precisam ser aprovadas aqui por este Parlamento. Nada, nada, nada, debate zero.

Muitas secretarias paralisadas. Ou não tenho nenhum viés xenofóbico, de cara de fora, mas é evidente, quando você traz muita gente de outro estado, que não tem experiência com a máquina pública do Estado e nem experiência com o próprio Estado, as coisas não vão andar, pelo menos no começo, vai demorar muito.

O presidente do metrô veio de Vitória, que não tem metrô. Imagina, é rede complexa, que tem muitos desafios, o presidente do metrô veio com a única qualificação de que ele privatizou o Porto de Vitória, aliás uma privatização questionadíssima, mal feita, mas ele veio com esse currículo, é um procurador.

Assim como a secretária Natália, que ela, como procuradora, ela é preparada, eu devo reconhecer, mas ela veio cuidar de Meio Ambiente, Logística, DER... É impressionante.

Ela fez uma apresentação aqui para três comissões, ela falou uma hora e meia. Ela deu uma aula lá, um monte de slide de governança - prefeito, deputado Dalben, mas ex-prefeito - e a experiência do executivo é fundamental, mas a impressão que eu tinha é que ela não sabia o que fazer no dia seguinte.

Mas que ela tinha ali um desenho bem complexo, como encaixar um quadrádnho no outro, como os fluxos iam se dar... Ela desenhou para 30 anos a Secretaria dela, mas ela não sabe o que vai fazer no dia seguinte, a não ser privatizar a Sabesp, nisso eles se empenham.

Mas mesmo aí estão fazendo coisas ilegais. Ilegais. O decreto das Unidades de Água e Saneamento, as Rurais, o agrupamento dessas unidades, o contrato com os municípios; estão passando por cima da lei e isso, ao invés de adiantar o processo de privatização que ele tanto quer, vai atrasar. Escreva o que eu estou falando, porque vai judicializar e aí as coisas vão piorar.

Mas a tragédia maior e a mais comprometedora, eu não vou falar de Saúde porque, bom, mal sei quem é o secretário, até sei, né, o Eleuses e tal, mas o que aconteceu na Saúde? A fila de cirurgias, não tem nenhuma medida para diminuir. Você tem uma rede com muitos problemas.

Eu fui outro dia no Hospital das Clínicas, deputado Marcolino, sabe quantos leitos estão fechados no Hospital das Clínicas por falta de pessoal? Não é porque falta o leito, falta equipamento, falta nada. Tem o prédio, tem o leito, tem toda a rede lá de oxigênio, tudo, os equipamentos todos, mas faltam funcionários. Trezentos leitos fechados.

Trezentos leitos é um hospital de grande porte e lá nós temos o maior Centro de Alta Complexidade do Estado e do País, com 300 leitos fechados.

Isso não é nenhuma medida do Governo do Estado, é evidente que ele herdou essa situação, eu não quero apagar a responsabilidade que ele pegou. Mas 300 leitos fechados... Eu me choco. E eu acho que o governador tinha que se chocar também. Vou falar de Educação já, já, mas fiz esse parêntese sobre a Saúde.

A CPI das áreas de risco vai, semana que vem, a São Sebastião, onde o governador corretamente ficou lá, pôs o pé na lama. Mas ele saiu de lá, as coisas não estão acontecendo como deveriam. É o relato que eu escuto; e nós vamos lá para ver in loco. Então, quando ele sai, as coisas param de acontecer.

E a tragédia maior é o secretário da Educação. Esse aí não tem como. Hoje a gente tem notícia da escola da Vila Sônia, onde teve o atentado em fevereiro - ou março, não lembro exatamente - que vitimou a professora. Foram lá, deram o nome da professora para a estação do metrô Vila Sônia, justa homenagem. Até hoje, não tem psicólogo. E quem interrompeu o contrato de psicólogos na Secretaria de Educação, em fevereiro, foi o Renato Feder.

O governador prometeu 500 psicólogos; até hoje não tem nenhum, em escola nenhuma. E lá teve um trauma enorme, é só olhar a matéria da Globo hoje. O trauma dos professores e dos alunos é monstruoso, sem amparo psicológico.

Só tiveram amparo psicológico porque um grupo da USP foi voluntariamente lá, por um tempo. Mas eles não tinham obrigação nenhuma, eles foram lá como um objeto de estudo e de solidariedade.

Mas o estado foi incapaz, até hoje, de colocar os psicólogos na escola. Isso é um absurdo. Mas é evidente que ele não cuidou disso; ele está cuidando das plataformas, que eu espero que não tenha grandes negócios por trás.

Eu começo a suspeitar. Mas como eu não sou de falar leviandades sem ter certeza, a gente vai investigando. Mas plataformas com licitações para lá de suspeitas. E a desorganização do ensino - isso vai afetar gerações, se esse secretário continuar.

Por isso, só tem uma saída para o governador Tarcísio, se ele ainda tem alguma responsabilidade com Educação no estado de São Paulo: é tirar esse secretário. Não dá para continuar com esse secretário, que é um aventureiro.

Aventureiro na empresa dele, que deveu dezenas de milhões de ICMS e depois fez um arranjo com o Doria, pagou com precatório, a partir de uma lei aprovada nesta Casa aqui, e pagou 30% do que devia. Porque eles vão ao mercado e compram precatórios por 30% do valor.

Então, aí é fácil ficar rico, né. Aí o grande argumento é um cara que se fez rico. Bom, primeiro não se fez rico, porque ele já era milionário, herdeiro dos donos da Elgin.

Então, não nasceu e se tornou um empreendedor que se fez milionário. Mas sonegou muito imposto, fez muita maramutaia, não entrega os produtos no prazo. Inclusive agora, na Secretaria da Educação.

Então, é insustentável a permanência do secretário Feder na Educação. Por isso que a palavra de ordem que eu acho que tem que ser seguida, tomada pelo movimento, mas principalmente tem que ser a consequência dos atos do governador, se ele tiver alguma responsabilidade com Educação, é “fora Renato Feder”.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - Dando sequência aos oradores inscritos, deputado Rogério Santos. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Leonardo Siqueira. (Pausa.) Deputado Dr. Elton. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental remanescente.

Solicito ao deputado Donato se ele pode dar sequência a esta Presidência, para que eu possa participar de uma reunião.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia. De volta à tribuna no dia de hoje, eu quero usar aqui o plenário, Sr. Presidente, desta Assembleia Legislativa, a tribuna da AleSp, para fazer um apelo ao governador Tarcísio de Freitas, um apelo que eu faço aqui em nome da Santa Casa de Itapeva.

É um hospital importante naquela região, que atende a 28 municípios, responsável pelo atendimento de 800 mil pessoas naquela região. A Santa Casa está em crise, Sr. Presidente, crise financeira.

Não tem financiamento, e isso causa um grande prejuízo à saúde e à vida de milhares e milhares de pessoas daquela região, que é uma das regiões mais pobres do estado de São Paulo, que menos recebem recursos públicos do governo estadual e do governo federal.

São 28 municípios, Sr. Presidente, que são atendidos por essa importante Santa Casa da região, e ela pede socorro no governo estadual, o governo estadual tem que agir, o governador Tarcísio tem que canalizar recursos públicos para a Santa Casa de Itapeva, aliás, para todas, todas as Santas Casas estão em situação financeira difícil.

Nós temos que ter uma política de Saúde do Sistema Único de Saúde, porque a Santa Casa atende também pelo SUS, então o governo estadual tem que canalizar os recursos e o governo federal também.

Nós não podemos - no estado mais rico da Federação, o qual tem o maior orçamento estadual da América Latina - ter uma Santa Casa importante, como a Santa Casa de Itapeva, em crise financeira, o que vai colocar em risco a saúde e a vida de todas as pessoas que moram nesses 28 municípios.

Eu vou ler os municípios que estão sendo afetados para o governador ter a noção da gravidade da situação, olha, 28 municípios: Alambari, Angatuba, Apiaí, Barra do Chapéu, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Cerquilha, Cesário Lange, Guapiara, Guareí, Itaberá, Itaóca, Itapetininga, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itararé, Nova Campina, Quadra, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Taquarival e Tatui. Sr. Presidente, olha só a extensão do atendimento da Santa Casa de Itapeva.

Então, aqui da tribuna da Assembleia Legislativa, Sr. Presidente, eu faço um apelo ao governador, ao secretário de Saúde para que faça, em regime de extrema urgência, Sr. Presidente, uma suplementação orçamentária, porque o governo tem dinheiro, o Estado tem muito dinheiro.

O governo tem dinheiro para anistiar multas de negociacionistas, o governo tem dinheiro para dar isenção fiscal para os grandes grupos econômico do estado de São Paulo, nós temos no orçamento uma previsão de 80 bilhões de reais de renúncia fiscal de isenção fiscal, uma boa parte, Sr. Presidente, para os grandes grupos econômicos, que vão receber dinheiro do Estado sem contrapartida nenhuma para a população.

Então, tem que canalizar o dinheiro, é uma obrigação, meu pedido não é um pedido, Sr. Presidente, é uma exigência, que a legislação seja cumprida e que o estado cumpra o seu dever com a Saúde Pública do estado de São Paulo, sobretudo com a população dessas cidades que eu citei, 28 municípios correndo, Sr. Presidente, um sério risco de ver um apagão na área da Saúde. O governador tem que tomar as providências cabíveis.

E gostaria, Sr. Presidente, de que cópias do meu pronunciamento fossem encaminhadas ao governador Tarcísio de Freitas, ao secretário de Saúde e também ao diretor da Santa Casa de Itapeva, para que as providências sejam tomadas, repito, em caráter de extrema urgência, porque a vida das pessoas está em jogo nesse momento, naquela região.

Eu sei que nós já estamos terminando o Grande Expediente, Sr. Presidente, mas eu queria dizer que ontem nós fizemos um trabalho importante de obstrução do Projeto nº 752, que tenta aumentar as custas judiciais, penalizando toda população, dificultando o acesso do povo paulista à Justiça, que tem que ser democratizada e tem que ser financiada pelo estado, pelo erário público.

No entanto, esse PL 752 joga o custo para a população, quando na verdade é o Tesouro estadual que tem que financiar a Justiça estadual. Nós entendemos que o Tribunal de Justiça tem que ter mais recursos, o Executivo corta bilhões de reais do Orçamento quando ele é enviado para a Casa Civil, para depois chegar aqui na Assembleia Legislativa, e nós já há muitos anos denunciamos isso, Sr. Presidente.

Sei que encerrou agora o Grande Expediente, eu gostaria de falar pelo Art. 82, Sr. Presidente.

- Assume a Presidência o Sr. Donato.

O SR. PRESIDENTE - DONATO - PT - É regimental, V. Exa. tem a palavra por cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Muito obrigado, presidente deputado Donato. Então, o que acontece: o Executivo corta o orçamento do Tribunal de Justiça. E nós, durante o debate e aprovação do Orçamento anual, que é feito no final do ano, lá pelo dia 15 e 16 de dezembro, nós disputamos o Orçamento apresentando emendas para aumentar o orçamento do Tribunal de Justiça.

Mas, no entanto, o Governo boicota o tempo todo. Há anos que o Governo faz isso, por isso que gera uma crise como essa. O Tribunal de Justiça encaminha o Projeto nº 752, para aumentar o seu orçamento, mas, no entanto, jogando o custo para a população, por isso que é o aumento das custas judiciais. Então nós somos contra isso, nós queremos o recurso, sim, para o Tribunal de Justiça, até porque o recurso existe no Tesouro Nacional.

Então essa é a nossa luta, Sr. Presidente, nós não deveríamos estar aqui votando esse projeto em nenhuma hipótese. O projeto é tão ruim que ele está há dois anos aqui tramitando e não foi aprovado até agora porque ele é inviável, do ponto de vista da população. Ninguém defende esse projeto, a OAB é contra, todas as entidades da sociedade civil são contra a aprovação desse projeto.

Até mesmo deputados da base do Governo, que vão votar a favor, estão constangridos, vão votar porque são da base do Governo e são obrigados a votar, nós sabemos como funciona isso.

Mas eu só queria alertar a esses deputados da base do Governo, que até mesmo a Federação do Comércio, a Fecomercio, é contra. A Fecomercio, deputado Donato, apresentou uma moção de repúdio ao Projeto nº 752.

Vou mais além, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, o Ciesp, também tem uma nota aqui contra a aprovação desse projeto. Olha só, a Fecomercio tem aqui o presidente que assina, é o Ives Granda da Silva Martins, ele assina a nota contra o PL nº 752. A Fecomercio, a Ciesp também é contra. Tem também ofício, tem nota contrária de entidades ligadas ao próprio agronegócio, que é um setor defendido por muitos deputados da base do Governo aqui na Assembleia Legislativa.

Então todas as organizações da sociedade civil são contra, a OAB é contra. Então não sei, Sr. Presidente, me parece que quem defende esse projeto é só o TJ, por razões óbvias, e agora o governador Tarcísio resolveu entrar no jogo e mobilizar a base dele para votar esse projeto aqui.

Nós vamos continuar obstruindo o projeto; os advogados e advogadas estão hoje aqui na Assembleia Legislativa mobilizados. E, na verdade, o que nós queremos debater em relação ao Tribunal de Justiça, Sr. Presidente, é a aprovação de dois outros importantes projetos, que estão prontos para serem votados e os dois com regime de urgência.

Eu destaco aqui o PLC nº 30, de 2013 - olha só, é um projeto do Tribunal de Justiça, que o Tribunal de Justiça encaminhou à Assembleia Legislativa em 2013. Eu acompanhei toda essa luta -, fruto da mobilização e da greve de 2010 dos servidores e servidoras do Tribunal de Justiça, reconhecendo uma dívida salarial dos servidores e diz que vai pagar de uma forma parcelada, em cinco vezes.

O projeto está aqui, foi aprovado em todas as comissões. Eu consegui aprovar um regime de urgência, então ele está em regime de urgência. Não tem que ter congresso de comissões, nada, é só pautar o projeto e aprovar, Sr. Presidente, para pagar a dívida com os servidores, que sempre foram vítimas do arrocho salarial aqui no nosso Estado.

Esse é um projeto, sim, que tem que ser votado. É um projeto importante porque ele vai beneficiar o escrevente técnico, o oficial de justiça, os servidores que estão atendendo, lá na ponta, a população. São esses servidores que carregam de fato a justiça nas costas.

E também o PLC, um outro... Esse eu apresentei, Sr. Presidente, é um projeto que garante o nível universitário, o nível superior para o cargo de escrevente técnico. É uma forma de haver a valorização salarial desses servidores.

É uma antiga reivindicação dos servidores. Isso já existe em outros estados, já existe com os oficiais de Justiça, nós já aprovamos um projeto aqui na Assembleia Legislativa alguns anos atrás.

Então, a mesma reivindicação é feita pelo escrevente técnico, para que ele tenha o nível universitário. O projeto também foi aprovado já em todas as comissões e está em regime de urgência.

Esses são os projetos que nós queremos votar para valorizar os servidores e as servidoras do Tribunal Justiça. Eu faço um apelo, então, aos deputados da base do governo, que estão tão preocupados com o Tribunal de Justiça, para que ajudem os servidores votando o PLC nº 30 e o PL nº 3.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, eu peço o levantamento desta sessão até as 16 horas e 30 minutos. Só o levantamento, Sr. Presidente, sem horário.

O SR. PRESIDENTE - DONATO - PT - Conforme solicitado pelo deputado Giannazi, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-o ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 07 minutos.

23 DE AGOSTO DE 2023

28ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO, GILMACI SANTOS e CARLOS CEZAR

Secretaria: GIL DINIZ, THIAGO AURICCHIO, DANI ALONSO e RICARDO FRANÇA

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Abre a sessão. Convoca os Srs. Deputados para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão. Coloca em discussão o PL 1084/23. Informa a presença do vice-prefeito de Guararema, Odvane Rodrigues, no plenário.
2 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Para comunicação, faz pronunciamento.
3 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Cumprimenta o vereador de Itapira, Leandro Sartori, presente nas galerias.
4 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Solicita verificação de presença.
5 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.
6 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Discute o PL 1084/23.
7 - GILMACI SANTOS
Assume a Presidência.
8 - RÔMULO FERNANDES
Discute o PL 1084/23.
9 - SIMÃO PEDRO
Discute o PL 1084/23.
10 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Discute o PL 1084/23.
11 - CARLOS CEZAR
Assume a Presidência.
12 - BARROS MUNHOZ
Discute o PL 1084/23.
13 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz pronunciamento.
14 - GUILHERME CORTEZ
Discute o PL 1084/23.
15 - DR. JORGE DO CARMO
Discute o PL 1084/23.
16 - DR. JORGE DO CARMO
Solicita verificação de presença.
17 - CARLOS CEZAR
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença.
18 - GILMACI SANTOS
Assume a Presidência. Interrompe a chamada de verificação de presença quando observado quórum.
19 - PROFESSORA BEBEL
Discute o PL 1084/23.
20 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR
Para comunicação, faz pronunciamento.
21 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Lembra a realização da segunda sessão extraordinária, a ter início às 18 horas e 57 minutos. Levanta a sessão.

- Abre a sessão o Sr. André do Prado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Antes, porém, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira sessão extraor-

dinária, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- NR - A Ordem do Dia para a 29a Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 24/08/23.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Ordem do dia. Discussão e votação adiada do Projeto de lei nº 1.084, de 2023, de autoria do Sr. Governador.

Para discutir contra, com a palavra o nobre deputado Luiz Claudio Marcolino.

Antes, porém, de o deputado se encaminhar à nossa tribuna, gostaria de comunicar que está entre nós o prefeito da minha cidade natal - nosso vice-prefeito, hoje como prefeito da cidade -, nosso prefeito Odvane Rodrigues. Seja bem-vindo, Odvane, a esta Casa.

Nosso prefeito que engrandece muito a nossa cidade. Hoje, nosso prefeito Zé Luiz está de licença e você, como vice-prefeito, fazendo um grande trabalho. Seja bem-vindo a esta Casa. É uma honra muito grande.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputada Monica Seixas.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL – PARA COMUNICAÇÃO - Primeiro, aproveito para saudar: bem-vindo à nossa Casa. Mas também fazer uma outra saudação que não está aqui, mas está lá na galeria, o vereador da cidade de Itapira, vereador do PSOL, Leandro, está entre nós.

Quero saudar a presença dele e pedir uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Então, também agradecer e dizer ao vereador Leandro, da cidade de Itapira, do PSOL, que seja sempre muito bem-vindo a esta Casa. Você tem uma excelente líder aqui, do PSOL, a deputada Monica Seixas, que engrandece muito a nossa sociedade. Seja sempre bem-vindo, Leandro.

É regimental o pedido de V. Exa., deputada Monica Seixas. Então, convido o deputado Gil Diniz juntamente com o deputado Carlos Cezar... Deputado Thiago Auricchio, por favor, junto com o deputado Gil Diniz, para uma verificação de presença.

- Verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Havendo quórum regimental, devolvo a palavra para continuar discutindo o deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT – SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigad, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa, o projeto ora apresentado, que foi objeto inclusive de um parecer com voto em separado da nossa bancada, de autoria do Sr. Governador, o Projeto de Lei nº 1084, de 2023, que ratifica o protocolo de intenções firmado entre o estado de São Paulo e demais estados da região sudeste e sul para a construção do consórcio de integração dos estados sul e sudeste do Brasil, o Cosud.

Deputado Rômulo, quando tomamos ciência desse projeto, que já começou a ser debatido pela imprensa nas últimas semanas, nós tivemos o desprazer de ver o governador de Minas Gerais simplesmente ir à televisão e dizer que o projeto ora apresentado, em vez de ser um projeto para organizar os estados do sul e sudeste do Brasil em uma perspectiva de desenvolvimento, articulação, organização dos estados, ele já apresenta que esse projeto é para fazer uma contraposição política ao atual governo federal, em uma expectativa já pela disputa de 2026.

É muito estranho que o governador de Minas Gerais, que acaba de assumir em uma reeleição o governo do estado de Minas Gerais, e a expectativa seria que um governador, um chefe de poder de um executivo estadual, pensasse mecanismos de melhorias das ações desse governo em relação a uma política pública de estado.

Nós estamos vendo o presidente Lula, desde o primeiro momento em que assumiu a presidência do Brasil várias medidas já foram adotadas, tivemos agora, nos últimos dias, o lançamento do PAC, que é o projeto de desenvolvimento do Brasil e dialoga praticamente com todos os estados do nosso País.

Então ali tem investimento em relação ao projeto “Minha Casa, Minha Vida”, tem projetos de infraestrutura, tem projetos de melhoria dos portos e aeroportos do nosso País, tem um diálogo em relação a energias renováveis, tem um debate em relação à estrutura metroferroviária, inclusive ferroviária, do nosso País. É isso que nós esperamos, nobre deputado Rômulo.

Quando o chefe do Executivo, seja federal, ou estadual, assume o mandato pós-eleição, tem que ter uma preocupação com a população do seu Estado, ou, no caso do executivo federal, uma preocupação com o País como um todo.

Achei muito estranho no caso do estado de São Paulo o governador Tarcísio, e o governador Zema, de Minas Gerais, simplesmente não compareceram no lançamento do projeto do PAC, que visa justamente o desenvolvimento da estrutura de melhoria da infraestrutura do nosso País.

Então o que a gente percebe é que aquela fala do governador Zema, alguns dias atrás, demonstra que o Cosud não é uma preocupação de pensar o desenvolvimento do País a partir dos estados do nosso Brasil.

Então, é uma preocupação, nobre deputada Monica, que é justamente fazer uma divisão entre os estados Sul e Sudeste com a divisão dos estados do nordeste. Nós sempre defendemos o consórcio como uma forma de pensar o desenvolvimento regional dialogado a partir das necessidades que cada estado tem.

Quando se constituiu o Consórcio Nordeste, e nós tivemos e vimos, durante todo o governo passado, do governo do presidente Bolsonaro, que os estados do nordeste foram os estados que mais cresceram, que mais se desenvolveram, que mais criaram condição de construir um diálogo com outras regiões do nosso País, e inclusive com outros países.

O Consórcio Nordeste desenvolveu e conseguiu estruturar políticas públicas regionais que ajudaram no desenvolvimento entre os estados. Diferente do que se propõe com o Cosud, que é criar um consórcio entre o sul e o sudeste, justamente para fazer uma contraposição ao Governo Federal.

Vimos que em relação ao governo Bolsonaro, durante os quatro anos do governo passado no Governo Federal, governos do nordeste, o único momento em que fez uma contraposição ou um diálogo em relação ao Governo Federal mais efetivo foi durante o processo da Covid, porque nós não podemos admitir, nem aqui no estado de São Paulo, nem no nordeste, que um genocida, como foi o presidente passado, que matou milhões de pessoas no nosso País, os governos do nordeste conseguiram fazer um movimento que se contrapôs aquela ação que o genocida estava estruturando, e conseguiu matar milhares de pessoas no nosso País.

Os governos do nordeste se organizaram, fizeram um movimento para garantir não só respiradores, não só fazer uma atenção, havia os hospitais dos estados do nordeste, tanto, deputada Monica, que no nordeste foram as regiões em que menos tivemos mortes durante a Covid, de uma ação integrada a partir do Consórcio Nordeste, que tinha uma preocupação com a população.

Não uma preocupação como está colocada hoje em relação ao Cosud, e como o governador Zema já vem e já se apresenta como um consórcio para uma contraposição, uma contraposição ao Governo Federal. Quero reafirmar aqui: o governo Lula assume a Presidência do Brasil, já garante para o estado de São Paulo 144 milhões para cirurgias eletivas no estado de São Paulo; 144 milhões. Esses 144 milhões...